

INCENTIVOS FISCAIS AGRÍCOLAS NO ESTADO DO TOCANTINS

Cláudia da Luz Carvelli¹, Monica Franchi Carniello², Isabel Cristina dos Santos³

^{1,2,3} *Universidade de Taubaté/Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225. Taubaté – SP, Brasil. E-mail: claudiacarvelli@hotmail.com*

Resumo- Este artigo discute a distribuição de incentivos fiscais destinados à produção agrícola no Estado do Tocantins. Em particular, este artigo focaliza o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, gerenciado pelo Banco da Amazônia S/A, e outros incentivos geridos pelo Banco do Brasil. Quanto ao método de investigação utilizado, optou-se pela pesquisa exploratório-descritiva, pautada por análise documental de fonte primária, uma vez que os dados estão disponíveis na rede de computadores. Os resultados indicam que, no ano de 2009, 11,40% dos contratos de financiamento de recursos atendidos pelo Banco do Brasil e do BASA, referem-se aos pedidos submetidos no Estado do Tocantins. Houve crescimento de 19% na procura de recursos em relação ao ano de 2008, representando 49.248 novos contratos. No entanto, observou-se que o Estado carece de maiores investimentos para o fomento da atividade agrícola, grande responsável pela geração de emprego e renda no Estado.

Palavras-chave: Incentivos Fiscais; Fundo Constitucional; Agricultura.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

A questão agrária no Brasil é polêmica e carrega a herança do período colonial, marcado pela divisão territorial rural heterogênea. A existência de grandes propriedades é uma das características.

Apesar das discussões sobre reforma agrária, o governo incentiva as grandes empresas a assumir o desenvolvimento rural, favorecendo assim a penetração da pecuária em enormes extensões de terra no Pará e norte de Mato Grosso e Goiás, hoje Tocantins, como meio de incentivar a economia regional (NASCIMENTO; LIMA, 2005).

Para a promoção do desenvolvimento regional, o país vem cumprindo um conjunto de políticas, dos quais os incentivos fiscais são a peça central para baratear a formação de capital, redução da carga tributária e aumento das importações (DINIZ, 1995).

Com a Constituição Federal de 1988 foram criados os Fundos Constitucionais, com objetivo de promover o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Parte desses fundos é destinada à atividade rural.

Como exemplo, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, gerido pelo Banco da Amazônia (2010), em 2009, realizou um total de 49.268 contratos, 19% a mais do que o exercício de 2008.

Em 2009, somente no estado do Tocantins, foram efetivados 5.674 contratos, representando um percentual de 11% do total da região norte no mesmo exercício.

Diante do exposto, este artigo se propõe a identificar os incentivos fiscais agrícolas distribuídos no estado do Tocantins, no período de 2001 a 2009

Metodologia

Considerando a natureza e objetivo deste trabalho quanto aos fins, foi utilizada a pesquisa exploratório-descritiva. Quanto aos meios, utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental.

Foram consultados os Relatórios das Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos nos Exercícios dos anos de 2001 a 2009 - FNO, disponibilizado no sítio eletrônico do Banco da Amazônia.

Resultados

O estado do Tocantins foi criado pela Assembléia Nacional Constituinte, no artigo 13 da Constituição Federal no dia 05 de outubro de 1988. (SEPLAN, 2011).

A população do Norte do estado de Goiás, hoje Tocantins, em 1970 era 521.139 habitantes, em 2000 passou para 1.157.098 habitantes. Em 2010, segundo dados do IBGE, atingiu o número de 1.383.453 habitantes (IBGE, 2011).

Dos 139 municípios, Palmas (capital), Araguaína e Gurupi são os maiores, respectivamente.

Dados da SEPLAN relevam que, em 1970, a população urbana era de 24,87% e a rural 75,13%. No Censo de 2010, observou-se uma inversão nessas concentrações, resultando em uma população urbana com 78,79% e a população rural com 21,21% (SEPLAN; IBGE, 2011).

Embora a população rural tenha sido reduzida não houve redução no nível da atividade rural. No setor agropecuário, por exemplo, houve crescimento no número de animais criados. O rebanho bovino que, no ano de 1997, era 5.350.885 cabeças, no ano de 2009 subiu para 7.605.249 cabeças. (SEPLAN, 2011; IBGE, 2011). O que indica melhoria na lida com o animal.

O volume de exportações também cresceu. Em 20002 o Estado exportou US\$ 16.240.440 contra US\$ 37.858.014, em 2004, o que representa crescimento de 133% no volumes exportados. (SEPLAN, 2011).

A Tabela 1 apresenta dados do PIB do estado.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto a R\$ correntes no Estado do Tocantins – 2003-2008

Ano	Valores (R\$/mil)	Variação %
2003	7.241.147	
2004	8.277.816	14,32%
2005	9.060.926	9,46%
2006	9.604.690	6,00%
2007	11.094.063	15,51%
2008	13.090.837	18,00%

Fonte: IBGE (2011)

Na Tabela 2 observa-se a quantidade de contratações de crédito, realizados na instituição financeira Banco da Amazônia – BASA, no setor rural e não rural.

Tabela 2 – Contratações de Crédito em Tocantins e setor – 2001 a 2009 (R\$/ mil)

Setor	Rural	Não Rural	Total
2001	333.015	120.714	453.729
2002	378.426	226.536	604.962
2003	223.519	9.009	232.528
2004	294.056	24.487	318.543
2005	204.286	25.285	229.572
2006	150.797	36.346	187.143
2007	215.092	42.457	257.549
2008	372.644	100.188	472.832
2009	854.185	1.586.304	2.440.489
Total	3.026.020	2.171.326	5.197.347

Fonte: BASA (2011)

O setor rural, no período de 2001 a 2008, absorveu 35% dos recursos disponíveis.

O Quadro 3 (a, b) detalha a quantidade de contratações efetivadas por segmento nos anos de 2001 a 2009 no Estado do Tocantins. Nesse estado, as maiores demandas se concentraram nos segmentos da agricultura familiar, da agropecuária e da indústria nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Quadro 3a – Nº Contratações Realizadas em Tocantins, de 2001 a 2005

No. de Contratações					
Segmento	2001	2002	2003	2004	2005
Rural (A)	2.593	2.712	4.157	6.524	4.911
1. FNO PRONAF	2.593	2.712	4.156	5.966	3.767
Normal	521	1.074	-	540	-
A	0	-	1.901	1.274	1.085
A/C	0	-	-	1.516	314
Agricultura Familiar	0	-	-	-	-
Agroind.Familiar	0	-	-	-	-
Agroindústria	0	-	-	-	-
B	0	-	-	24	6
C	0	-	-	1.361	1465
D	0	-	-	1.112	887
E	0	-	-	139	10
Jovem	0	-	-	-	-
Agr. Jovem	0	-	-	-	-
Jovem D	0	-	-	-	-
Mulher	0	-	-	-	-
Cotas – Partes	0	-	-	-	-
Emergencial –	0	-	-	-	-
Grupo B	0	-	-	-	-
Floresta	0	-	-	-	-
Jovem	0	-	-	-	-
Mais Alimentos	0	-	-	-	-
Familiar	0	-	-	-	-
Mulher	0	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	0	-	-	-	-
MPO Amaz.Florescer	0	-	-	-	-
PRODEX	0	-	111	-	-
PRORURAL	265	331	598	-	-
PRODERUR	1.807	1.307	1.546	-	-
2. FNO	0	0	1	0	0
Biodiversidade					
Floresta	-	-	1	-	-
3. FNO Amazônia. Sust.	0	0	0	558	1.144
Agropecuária	-	-	-	558	1.144
Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	-
IIÃO RURAL (B)	52	61	53	37	25
FNO Amazônia	0	-	-	-	-
Sustentável	0	-	-	-	-
Agroindústria	0	-	-	2	3
Agropecuária	0	-	-	1	-
Comércio e Serviço	9	30	37	9	13
Cultura	0	-	-	-	-
Indústria	0	-	-	12	9
Infraestrutura	0	-	-	-	-
Turismo	0	-	-	1	-
PME	0	-	-	12	-
PROMICRO	11	8	-	-	-
PROAGRIN	6	1	1	-	-
PRODESIN	20	15	9	-	-
PRODETUR	6	7	1	-	-
PROMIPEQ	0	-	5	-	-
TOTAL (A+B)	2.645	2.773	4.210	6.561	4.936

No ano de 2005, houve um controle mais rigoroso das contratações do FNO no Estado,

através do sistema de gestão do Plano Anual de Aplicação dos Recursos. (BASA, 2005).

No ano de 2006, a demanda por financiamento centrou-se na agropecuária, agricultura familiar, indústria e do comércio e serviços.

Observa-se que, no ano de 2007, o montante aplicado foi de R\$ 215,1 milhões de reais, sendo que um dos objetivos do Fundo é estimular o desenvolvimento econômico e social, gerando novas oportunidades de emprego e renda e reduzir as desigualdades entre as localidades com diferentes níveis de renda. (BASA, 2007).

Quadro 3b – Valores Contratados em Tocantins, de 2001 a 2005

Valores Contratados

Segmento	2001	2002	2003	2004	2005
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Rural (A)	121.837	117.705	223.519	294.236	204.469
1. FNO Pronaf	121.837	117.705	223.291	172.245	39.600
Normal	4.446	9.627	-	125.427	-
Pronaf – A	0	0	22.625	17.416	15.329
Pronaf - A/C	0	0	0	3.706	1.048
Pronaf -Agr.Familiar	0	0	0	-	-
Pronaf – Agroind.Familiar	0	0	0	-	-
Pronaf - Agroindústria	0	0	0	-	-
Pronaf – B	0	0	0	23	6
Pronaf – C	0	0	0	7.383	8.697
Pronaf – D	0	0	0	15.868	14.353
Pronaf – E	0	0	0	2.422	168
Pronaf – Jovem	0	0	0	0	0
Pronaf – Agr. Jovem	0	0	0	0	0
Pronaf- Jovem D	0	0	0	0	0
Pronaf – Mulher	0	0	0	0	0
Cotas – Partes	0	0	0	0	0
Emergencial – Grupo B	0	0	0	0	0
Floresta	0	0	0	0	0
Jovem	0	0	0	0	0
Mais Alimentos Familiar	0	0	0	0	0
Mulher	0	0	0	0	0
Pesca e Aqüicultura	0	0	0	0	0
MPO Amaz. Florescer	0	0	0	0	0
Prodex	0	0	475	0	0
Prorural	3.169	5.021	9.430	0	0
Proderur	114.222	103.057	190.761	0	0
2. FNO Biodiversidade	0	0	228	0	0
Floresta	0	0	228	0	0
3. FNO Amaz. Sustentável	0	0	0	121.991	164.868
Agropecuária	0	0	0	121.991	164.868
Pesca e Aqüicultura	0	0	0	0	0

 NÃO RURAL	7.472	9.193	9.910	24.487	55.826
<i>FNO Amaz. Sustentável</i>	0	0	0	0	0
Agroindústria	0	0	0	7.655	521
Agropecuária	0	0	0	13	0
Comércio e Serviço	625	3.293	7.240	1.459	33.904
Cultura	0	0	0	0	0
Indústria	0	0	0	13.299	21.401
Infraestrutura	0	0	0	0	0
Turismo	0	0	0	70	0
Micro Peq. Empreend.	0	0	0	1.991	0
Promicro	383	177	0	0	0
Proagrín	2.700	30	187	0	0
Prodesin	3.027	3.581	1.975	0	0
Prodetur	738	2.113	67	0	0
Promipeq	0	0	440	0	0
TOTAL	129.309	126.898	233.429	318.723	260.294

O Quadro 4(a, b) indica os dados de contratação – quantidade e valor.

Quadro 4a – Nº Contratações Realizadas em Tocantins, de 2006 a 2009

Segmento	2006	2007	2008	2009
	Ot.	Ot.	Ot.	Ot.
Rural	4.940	6.554	5.632	5.373
1. FNO Pronaf	3.229	5.433	4.115	4.077
Grupo A	880	1.139	316	967
Grupo A/C	428	368	184	27
Agricultura Familiar	-	-	2.371	2.539
Agroindústria Familiar	-	-	-	-
Agroindústria	-	-	-	1
Grupo B	282	681	571	326
Grupo C	1.556	1.734	220	-
Grupo D	82	1.283	349	-
Grupo E	1	7	11	-
Cotas – Partes	-	-	-	-
Emergencial – Grupo B	-	-	-	-
Floresta	-	-	-	-
Jovem	-	12	1	6
Jovem – Agric.Familiar	-	-	1	-
Mais Alimentos Familiar	-	-	-	69
Mulher	-	209	91	82
Pesca e Aqüicultura	-	-	-	-
MPO Amaz. Florescer	-	-	-	-
2. FNO Biodiversidade	-	1	-	18
Floresta	-	1	-	18
3. FNO Amaz. Sustentável	885	1.121	1.517	1.338
Agric./Pecuária	-	1.120	-	-
Agropecuária	885	-	-	1.337
Agricultura	-	-	46	-
Pecuária	-	-	1.466	-
Silvicultura	-	-	5	-
Pesca e Aqüicultura	-	-	-	1
NÃO RURAL	54	76	209	301
FNO Amaz. Sustentável	-	76	209	301
Agroindústria	-	2	2	13
Comércio e Serviço	41	59	175	217
Cultura	-	-	-	11
Indústria	13	14	30	38
Infraestrutura	-	-	-	3
Turismo	-	1	2	19
TOTAL	4.994	6.630	5.841	5.674

Em 2008, além do financiamento dos projetos apresentados por agricultores familiares, por mini e pequenos produtores rurais; por micro e pequenas empresas, associações e cooperativas, investiu-se nos projetos de tecnologia inovadora.

Foram financiados projetos que enfatizassem, prioritariamente, a melhoria de produtividade, incrementando a ocupação da mão-de-obra e a renda. Em destaque, os municípios de Xambioá, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia.

Com o investimento nos projetos agrícolas com aporte tecnológico, houve aumento considerável na produção alimentos. Hoje a região é a maior produtora nacional de melancia. Nos municípios do extremo norte do Estado vêm sendo estimulada

a adoção de tecnologias de ponta na avicultura, o que poderá projetar aquela região como uma forte produtora no setor, concorrendo com os produtores do sul do país.

Quadro 4b – Valores Contratados em Tocantins, de 2006 a 2009

Segmento	2006	2007	2008	2009
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Rural	150.797	215.092	372.644	334.815
1. FNO Pronaf	37.642	53.722	55.306	59.553
Grupo A	13.321	17.452	4.469	8.394
Grupo A/C	1.352	1.133	681	126
Agricultura Familiar	-	-	40.103	45.563
Agroindústria Familiar	-	-	-	-
Agroindústria	-	-	-	18
Grupo B	375	995	853	517
Grupo C	9.733	10.087	1.540	-
Grupo D	12.847	22.354	6.495	-
Grupo E	14	173	297	-
Cotas – Partes	-	-	-	-
Emergencial – Grupo B	-	-	-	-
Floresta	-	-	-	-
Jovem	-	68	5	41
Jovem – Agric.Familiar	-	-	7	-
Mais Alimentos Familiar	-	-	-	3.697
Mulher	-	1.460	856	1.197
Pesca e Aqüicultura	-	-	-	-
MPO Amaz. Florescer	-	-	-	-
2. FNO Biodiversidade	-	244	-	6.832
Floresta	-	244	-	6832
3. FNO Amaz. Sustentável	112.639	161.370	317.338	268.430
Agric./Pecuária	-	161.126	-	-
Agropecuária	112.639	-	-	268.419
Agricultura	-	-	14.718	-
Pecuária	-	-	300.723	-
Silvicultura	-	-	1.897	-
Pesca e Aqüicultura	-	-	-	11
IIÃO RURAL	36.345	42.457	100.188	228.628
FNO Amaz. Sustentável	-	42.457	100.188	228.628
Agroindústria	-	16.607	1.255	3.553
Comércio e Serviço	8.064	11.267	30.537	100.223
Cultura	-	-	-	1.581
Indústria	28.281	14.199	68.338	119.199
Infraestrutura	-	-	-	2.387
Turismo	-	384	58	1.683
TOTAL	187.142	257.549	472.832	563.441

E, finalmente, em 2009, as maiores demandas foram em agricultura familiar, agropecuária e comércio e serviços, atingindo um crescimento de 19% em relação ao ano anterior.

Do total das contratações realizadas, 91% atenderam ao segmento da agricultura familiar, através do Programa FNO-PRONAF.

Foram beneficiadas 44.939 famílias, contribuindo para gerar 179.756 novos postos de trabalho no campo.

Dentre as linhas de financiamento do Programa FNO-PRONAF, o Grupo “B”, direcionado aos agricultores com renda bruta anual familiar baixa, destacou-se pelo atendimento a mais de 16 mil famílias (BASA, 2009).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, criado pela Constituição de 1988 e instituída pela Lei nº 7.827/1989, e alterada pela Lei nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001, tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região. Para tanto, oferece os programas de financiamento aos setores produtivos privados.

O FNO está disponível em três linhas: Amazônia Sustentável Rural; Amazônia Sustentável Não Rural e Amazônia Exportação, como está descrito no Quadro 5:

Quadro 5: FNO – linhas de crédito

FNO	
Amazônia Sustentável Rural	
Elegibilidade	Produtores rurais; pessoas jurídicas de direito privado com sede no país, pessoas jurídicas de direito privado que pertençam a pessoas não residentes no país.
Finalidade	Financiar implantação, ampliação, modernização, reforma, realocação de empreendimentos; Formação ou manutenção de estoques de empreendimentos
Destinação	Agricultura; pecuária; silvicultura; aqüicultura; captura e transformação de pescado; agroindústria
Porte do solicitante	Mini; Pequeno; Médio; Grande
Valor do Financiamento	Financiamento total; Investimento misto; Custeio e/ou comercialização
Encargos Financeiros	Mini: 5% a. a.; Pequeno: 6,75% a. a.; Médio: 7,25%; Grande: 8,50%
Amazônia Sustentável Não Rural	
Elegibilidade	Pessoas jurídicas de direito privado com sede no país, Empresas Públicas não-dependentes de transferências financeiras do Poder Público.
Finalidade	Financiar implantação, ampliação, modernização, reforma, realocação de empreendimentos; Formação ou manutenção de estoques de empreendimentos
Destinação	Agroindústria; indústria; turismo; infra-estrutura econômica não-governamental; Infra-estrutura econômica de empresas públicas não-dependentes de transferências financeiras do Poder Público, comércio; prestação de serviços.
Porte	Mini; Pequeno; Médio; Grande
Valor do Financiamento	Financiamento total; Investimento misto; Investimento fixo.
Encargos Financeiros	Mini: 6,75% a. a.; Pequeno: 8,25% a. a.; Médio: 9,50% a.a; Grande: 10% a.a

Amazônia Exportação	
Elegibilidade	Empresas exportadoras dos setores industriais, agroindustriais, comerciais e serviços, localizadas na região de abrangência do FNO.
Finalidade	Apoiar as empresas exportadoras da Região Norte, mediante análise simplificada, taxas de juros competitivas e fonte de recursos sem dependência externa.
Destinação	Aquisição de matéria-prima/insumos/bem/produtos necessários à formação ou manutenção de estoque para desempenho da atividade do beneficiário-exportador, devendo a liberação dos recursos ser feita diretamente pelo Banco aos fornecedores e mediante a apresentação de Nota Fiscal.
Porte	Mini; Pequeno; Médio; Grande
Valor do Financiamento	Limite por cliente
Encargos Financeiros	Mini: :6,75% a. a.; Pequeno: 8,25% a. a.; Médio: 9,50% a.a; Grande: 10% a.a

Fonte: BASA (2011)

Quanto aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o objetivo é financiar a implantação, ampliação, modernização e realocação de empreendimentos produtivos localizados na Região Norte (área de atuação do FNO), formada pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, dos Setores Rural, Industrial, Infra-estrutural, Agroindustrial, Turismo, Comércio e Serviços

Discussão

Segundo atesta Diniz (2001, p. 4), “a observação de que haviam amplas regiões estagnadas dentro dos maiores países levou vários governos a assimilar as experiências internacionais, criando instituições ou definindo programas de desenvolvimento regional”. O que se observa pelos achados de pesquisa é que, embora os resultados seja promissores, serão necessários grandes investimentos – tempo e recursos financeiros – para estabelecer algum grau de equidade com os níveis de produção das áreas mais desenvolvidas.

Ainda que o governo central tenha criado nos anos de 1950 autarquias especiais, como a SUDENE e SUDAM, para planejamento do desenvolvimento, respectivamente, das regiões nordeste e norte do país, com foco nas áreas-chave do desenvolvimento de uma região, existem imensas lacunas a serem atendidas. Algumas relacionadas às áreas que, embora previstas, não foram passíveis de concessão de financiamento, como se observou nos quadros apresentados.

Diniz (1995) destaca que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), da década de 1970, gerou um grande volume de investimentos industriais, feitos por empresas controladas pelo

governo federal, dos setores do aço, petróleo, fosfato, potássio, papel, petroquímica, carvão, mineração, titânico, cobre, cloro-química, entre outros. Por razões ou técnicas ou políticas, a maioria destes foi distribuída por vários estados e regiões brasileiras, exceto o estado de São Paulo.

Na região Norte, verificou-se que, entre 1970 e 1985, a participação da produção industrial no PIB do estado passou de 0,8 para 3,1%, repercutindo aumento de um ponto percentual no nível de empregos. Diniz (1995) reputa esse crescimento aos incentivos fiscais proporcionados pela SUDAM e pela SUFRAMA. Infere-se que a maior parte da mão-de-obra atua nos setores de serviços, comércio e agropecuária.

Apesar dos investimentos públicos para fomento das economias locais, segundo Diniz (2001), ainda não é possível estabelecer um balanço efetivo acerca dos recursos investidos para a redução das desigualdades regionais, que permita avaliar se houve ou não acerto na política pública responsável por definir os parâmetros da sua utilização.

Aliás, o país adotou há décadas um conjunto de políticas, das quais os incentivos fiscais são a peça central para baratear a formação de capital, redução da carga tributária e aumento das importações (DINIZ, 1995). Porém, pouco se sabe dos mecanismos usados na análise do retorno efetivo do investimento público. O PIB oferece uma medida do sucesso e não do esforço depreendido para obtenção de resultados econômicos tangíveis.

Conclusão

Entende-se por Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) o conjunto de ações que visam reduzir os desequilíbrios intra e inter-regionais, bem como promover a inclusão social. Tal conceito se reflete na análise feita no Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos no exercício de 2001 a 2009, dos quais dos 100% dos contratos efetivados na Região Norte no ano de 2009, somente 11,40% destes foram efetivados no Estado do Tocantins. Verifica-se o crescimento de 19% das atividades desenvolvidas no exercício de 2008 representando 49.248 novos contratos, no entanto o Estado carece de maiores investimentos para o fomento da atividade agrícola, grande responsável pela geração de emprego e renda no Estado.

O FNO é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para crédito de fomento, dirigido para atender às atividades produtivas de baixo impacto ambiental, cuja macrodiretriz é o desenvolvimento sustentável da Região Norte. Mas, para ter acesso ao financiamento do FNO é necessário cumprir uma jornada burocrática nem

sempre acessível, sequer compreensível, aos seus potenciais tomadores, no perfil do mini e micro agricultor local.

Referências

BASA. Banco da Amazônia. Belém-PA 2011. disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/fno.asp>. Acesso em: 23 mar. 11.

_____. Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2009. Belém – Pará: 2010.

_____. Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2008. Belém – Pará: 2009.

_____. Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2007. Belém – Pará: 2008.

_____. Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2006. Belém – Pará: 2007.

_____. Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2005. Belém – Pará: 2006.

_____. Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2004. Belém – Pará: 2005.

_____. Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2003. Belém – Pará: 2004.

_____. Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2002. Belém – Pará: 2003.

_____. Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2001. Belém – Pará: 2002.

_____. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010. Belém: 2010.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino, Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. 3ª ed. São Paulo: MCCRAW-HILL do Brasil, 1983.

DINIZ, Clélio Campolina. A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil. Universidade Federal De Minas Gerais (UFMG), Faculdade De Ciências Econômicas (FACE), Centro De Desenvolvimento E Planejamento Regional (CEDEPLAR). Belo Horizonte. 2001

_____. A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e Suas

Perspectivas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). SERVIÇO EDITORIAL. Brasília — DF: 1995

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados Preliminares do Universo do Universo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mai. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mai. 2011

_____. Primeiros Dados do Censo 2010. Disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=17. Acesso em 04/08/11.

RAMMINGER, Reinhard. Concessão de Incentivos Fiscais: impacto dos benefícios do Prodeci em 2001 e 2002 nas finanças públicas do Estado do Mato Grosso. Revista GEPEC, Vol. 10 – nº 01 – jan./jun. 2006 p. 51-69.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/>. Acesso em: 01 mai. 11.

VEJA.COM. Seções On-line. Perguntas & Respostas – Produto Interno Bruto (PIB). Junho de 2009. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/pib/produto-interno-bruto-pib.shtml. Acesso em 07 jul. 2011.